



CADERNO OPINIÃO

AGENDA MÍNIMA PARA DESTRAVAR OS INVESTIMENTOS NO SETOR DE PETRÓLEO

autor: Eloi Fernandez
junho.2016

SOBRE A FGV ENERGIA

A FGV Energia é o centro de estudos dedicado à área de energia da Fundação Getúlio Vargas, criado com o objetivo de posicionar a FGV como protagonista na pesquisa e discussão sobre política pública em energia no país. O centro busca formular estudos, políticas e diretrizes de energia, e estabelecer parcerias para auxiliar empresas e governo nas tomadas de decisão.

DIRETOR

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

COORDENAÇÃO DE RELAÇÃO INSTITUCIONAL

Luiz Roberto Bezerra

COORDENAÇÃO OPERACIONAL

Simone C. Lecques de Magalhães

COORDENAÇÃO DE PESQUISA, ENSINO E P&D

Felipe Gonçalves

PESQUISADORES

Bruno Moreno Rodrigo de Freitas
Larissa de Oliveira Resende
Mariana Weiss de Abreu
Renata Hamilton de Ruiz
Tatiana de Fátima Bruce da Silva
Vinícius Neves Motta

CONSULTORES ASSOCIADOS

Ieda Gomes - Gás
Nelson Narciso - Petróleo e Gás
Paulo César Fernandes da Cunha - Setor Elétrico

ESTAGIÁRIAS

Júlia Febraro F. G. da Silva
Raquel Dias de Oliveira



OPINIÃO

AGENDA MÍNIMA PARA DESTRAVAR OS INVESTIMENTOS NO SETOR DE PETRÓLEO

Eloi Fernández y Fernández

Diretor Geral da ONIP – Organização Nacional da Indústria de Petróleo

O setor de petróleo e gás no Brasil vive uma crise sem precedentes. As reformas realizadas na legislação em 2010, a forte intervenção governamental na Petrobras e a drástica queda nos preços do barril foram responsáveis por uma queda vertiginosa nas atividades

do setor. Dois destes três fatores são questões de responsabilidade e solução internas ao País.

A intervenção governamental na Petrobras foi responsável pela crise financeira que a empresa enfrenta. Por um lado, houve uma forte restrição à geração de caixa com o controle de preços dos derivados, abaixo dos preços de mercado. Por outro lado, a pressão governamental para maiores investimentos levou a empresa a realizá-los baseado na ampliação da dívida.

Diante da nova realidade financeira da empresa, o plano de negócios da Petrobras teve que ser reformulado. Após alguns anos com investimentos que superaram US\$ 40 bilhões e plano de negócios que previa investimentos de mais de US\$ 200 bilhões para os próximos 5 anos, a perspectiva de investimentos foi reduzida para menos de US\$ 100 bilhões no mesmo período. Ainda assim, há dúvida quanto à viabilidade de cumpri-la, mesmo após a forte redução.

As reformas realizadas na regulação levaram a uma maior dependência do setor em relação à Petrobras.

Desta forma, a crise da Petrobras acabou se tornando a grande crise do setor petróleo no Brasil, afetando de forma radical as empresas fornecedoras, muitas delas que tinham realizado grandes investimentos na expectativa do que não se consumou.

Como já havia ocorrido anteriormente com os leilões anuais de novas áreas, os leilões do pré-sal tiveram que ser interrompidos em função da total impossibilidade de novos compromissos de dispêndios pela Petrobras e a obrigatoriedade legal desta participar de todas as áreas.

Os reflexos foram inevitáveis e começaram pela queda inevitável da atividade exploratória e continuam aparecendo na dificuldade de crescimento da produção, apesar do volume impressionante de reservas descobertas.

Resta agora a árdua alternativa de retomar o antigo rumo, embora difícil e incorporando o prejuízo causado. O volume das reservas descobertas é o fator preponderante na expectativa positiva para a retomada do setor.

No entanto, está posto o desafio. Sabe-se o que precisa ser feito e as soluções são eminentemente internas. O preço do barril é variável fora do controle do País, e não cabe responsabilizá-lo pela nossa crise.

Porém, para a consolidação de um novo ciclo é necessária a estruturação de uma agenda prioritária e emergencial. Neste sentido, deve-se buscar uma coalizão dos principais agentes do setor, governo e empresas, sinalizando um entendimento quanto aos avanços necessários na

elaboração e execução desta nova agenda para a política setorial de petróleo e gás, com o objetivo de atrair novos investimentos e revitalizar o setor.

São pontos de destaque nesta agenda a retomada dos leilões, o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras em todas as áreas do pré-sal e do conceito de operador único e a retirada da obrigatoriedade do denominado "polígono do pré-sal" ser licitado no modelo de partilha.

Para as empresas fornecedoras, a eliminação da política de operador único leva ao fim do mercado de cliente único, que representa grande ônus para os fornecedores. Além disto, ainda no âmbito das empresas fornecedoras, é necessária a estruturação de uma Política Industrial específica para o Setor Petróleo, que vá além das obrigações de conteúdo local, que deve ser vista como ferramenta assessória.

A competitividade e internacionalização de nossa indústria fornecedora devem ser a meta a ser perseguida e para isso, questões tributárias, de financiamento e uma política de desenvolvimento tecnológico e inovação para redução de custos devem estar integradas visando este objetivo.

Apesar das enormes dificuldades do momento, o cenário é promissor, uma vez que tenhamos a capacidade de avançar nas questões que são de domínio interno, e que foram as verdadeiras responsáveis pela dimensão da crise que vivemos.



Eloi Fernandez y Fernandez. Graduado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (1974), Mestre em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (1978), Doutor em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (1984) e Pós-Doutorado na University of California - Berkeley (1988). Atualmente é pesquisador da PUC-Rio e diretor-geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo ONIP.

Este texto foi extraído do Boletim de Conjuntura - Junho/2016. Veja a publicação completa no nosso site: fgvenergia.fgv.br

 **FGV ENERGIA**

fgv.br/energia

